



O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA DISPUTA ENTRE PROJETO DEMOCRÁTICO E PROJETO NEOLIBERAL DE EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID NO IFPE - CAMPUS RECIFE

¹Ana Livia Alves de Lima e Silva

²Anderson Vicente Silva

RESUMO

Este relato apresenta práticas e reflexões do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvido no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco (UPE), no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – Campus Recife, com turmas do Ensino Médio Integrado, entre dezembro de 2024 e setembro de 2025. As atividades envolveram observação de aulas, reuniões, seminários formativos e leituras orientadas. O objetivo foi analisar o papel da Sociologia diante da tensão entre o projeto democrático de educação e a racionalidade neoliberal. A experiência articulou teoria e prática, com observação de aulas, registros de reuniões, participação em seminários e estudo de textos. A abordagem metodológica foi qualitativa, inspirada no materialismo histórico-dialético e em práticas dialógicas, buscando apreender contradições do cotidiano escolar. As vivências evidenciaram que o ensino de Sociologia ocorre em meio a condições marcadas por disputas. De um lado, observaram-se práticas que favoreceram a leitura crítica da realidade, estimulando a desnaturalização de normas e a ampliação da imaginação sociológica dos estudantes; de outro, emergiram elementos vinculados à racionalidade neoliberal, como avaliações padronizadas, hierarquização e foco em resultados imediatos. Essa tensão mostra a presença simultânea de práticas emancipatórias e mecanismos de controle no espaço escolar. Conclui-se que, quando orientado por práticas críticas e dialógicas, o ensino de Sociologia pode constituir um caminho de emancipação e formação cidadã, mas que permanece tensionado pelas condições impostas pela racionalidade neoliberal. O PIBID, ao unir teoria e prática, reafirma seu papel estratégico na formação docente e no fortalecimento da escola pública como território de disputas ideológicas e de construção democrática.

Palavras-chave: PIBID; Sociologia; Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

¹Licencianda em Ciências Sociais pela Universidade de Pernambuco (UPE). Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: analivia.silva@upe.br.

² Doutor em [...] pela [...]. Professor do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco (UPE). Coordenador de Área do PIBID – Subprojeto Ciências Sociais. E-mail: anderson.silva@upe.br





A escola pública brasileira constitui, historicamente, um espaço de disputas. Pelo menos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a ampliação do acesso e a defesa da educação como direito social coexistem com mecanismos de controle e de reprodução das desigualdades. Essa ambiguidade revela a natureza contraditória do Estado burguês, que, ao mesmo tempo em que universaliza direitos, os subordina às exigências da lógica capitalista. Assim, compreender o cotidiano escolar implica reconhecer que nele se manifestam projetos distintos e antagônicos de sociedade.

De um lado, o projeto democrático entende a educação como processo de formação humana integral e emancipação social; de outro, o projeto neoliberal, redefine a escola a partir dos princípios da competitividade, da produtividade e da adaptação ao mercado. A consolidação do neoliberalismo nas últimas décadas intensificou as contradições estruturais da educação pública, convertendo o direito à educação em investimento individual e o estudante em “empreendedor de si mesmo”. Esse movimento não se limita às políticas econômicas, mas alcança o campo simbólico e pedagógico, redefinindo práticas, valores e subjetividades.

A racionalidade neoliberal, ao se infiltrar nas relações escolares, transforma o professor em gestor de resultados e o conhecimento em mercadoria, enfraquecendo a dimensão crítica e social da aprendizagem. Frente a esse cenário, o ensino de Sociologia emerge como campo privilegiado de resistência, pois sua natureza formativa — voltada à leitura crítica da realidade e à desnaturalização das desigualdades — confronta a racionalidade neoliberal e reafirma o compromisso com uma educação pública, democrática e emancipadora.

O presente trabalho resulta das vivências no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco (UPE) e desenvolvido no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – Campus Recife, entre dezembro de 2024 e julho de 2025. As atividades de observação de aulas, participação em reuniões formativas e elaboração de relatórios reflexivos permitiram analisar como se expressam, no cotidiano escolar, as tensões entre o projeto democrático de educação e a racionalidade neoliberal, bem como o papel do ensino de Sociologia na construção de práticas pedagógicas críticas.

O objetivo geral deste relato de experiência é analisar o papel do ensino de Sociologia diante da disputa entre o projeto democrático de educação e a racionalidade neoliberal, a partir das práticas observadas no âmbito do PIBID. Organizado em quatro eixos, o texto discute: (1) a escola pública como aparelho ideológico e espaço de disputa; (2) a penetração





da racionalidade neoliberal nas políticas e nas práticas escolares; (3) o ensino de Sociologia como campo de resistência e emancipação; e (4) o PIBID como espaço de práxis formativa e de fortalecimento da educação pública. Ao final, reafirma-se a necessidade de compreender a formação docente como ato político e ético, comprometido com a construção de uma escola pública crítica e democrática.

METODOLOGIA

O objetivo geral do estudo foi analisar o papel do ensino de Sociologia diante da tensão entre o projeto democrático de educação e a racionalidade neoliberal, tomando como campo empírico a experiência do PIBID em Sociologia no IFPE – Campus Recife. Especificamente, buscou-se: (i) identificar, nas práticas observadas durante o PIBID, como se manifestam as contradições entre o projeto democrático de educação e a racionalidade neoliberal no cotidiano escolar; (ii) compreender de que modo o ensino de Sociologia e o letramento sociológico, orientado por práticas críticas e dialógicas, podem contribuir para a formação de uma consciência social e emancipadora; e (iii) refletir sobre as potencialidades e limites do PIBID como espaço de formação docente e de resistência à lógica neoliberal.

A metodologia adotada neste relato de experiência é de natureza qualitativa, teórico-empírica e de caráter participante e descritivo-analítico, fundamentando-se nos princípios do materialismo histórico-dialético. O método confere primazia às condições materiais da realidade, observando contradições que configuram o espaço escolar. Sua historicidade permite compreender que as tensões presentes na escola não são acidentais, mas expressões estruturais de disputas políticas e ideológicas. A dialética, nesse sentido, oferece o movimento teórico necessário para apreender as contradições que emergem desse processo de disputa entre o projeto democrático e o projeto neoliberal de educação.

A adoção desse método justifica-se por possibilitar a apreensão do processo educativo em sua totalidade concreta, articulando dimensões objetivas e subjetivas, históricas e ideológicas. Nesse horizonte, a experiência formativa vivida no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência é tomada como campo empírico de observação e reflexão, no qual as práticas pedagógicas, as políticas institucionais e as mediações teóricas se entrecruzam, revelando tanto os limites quanto as possibilidades de uma formação docente crítica e emancipadora.





O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, ao inserir licenciandos no cotidiano da escola pública, possibilita o confronto entre a teoria aprendida na universidade e as condições concretas da prática educativa. Essa imersão, simultaneamente observacional e participativa, favorece uma postura investigativa, em que o sujeito aprende não apenas sobre a escola, mas com a escola, elaborando compreensões a partir de contradições observadas e vividas. O programa, portanto, constitui o dispositivo metodológico central deste estudo: é no interior de suas atividades — observações, reuniões pedagógicas, orientações e leituras críticas — que se produzem as mediações entre experiência e reflexão, teoria e prática.

As observações de aulas de Sociologia no Ensino Médio Integrado constituíram o eixo inicial da experiência, possibilitando compreender a dinâmica da disciplina, as estratégias pedagógicas utilizadas pelo docente e as reações dos estudantes diante dos conteúdos trabalhados. Paralelamente, a participação em reuniões pedagógicas e formativas configurou espaços de reflexão coletiva sobre as situações observadas em sala e de orientação sobre como relacioná-las com os referenciais teóricos estudados no subprojeto. As orientações com o coordenador desempenharam papel central na consolidação do processo formativo, promovendo a reelaboração teórica das experiências e o aprofundamento conceitual. Os registros — produzidos em diários de campo, relatórios mensais e sínteses reflexivas — foram tratados não como simples descrições, mas como documentos de formação, que expressam a mediação entre a experiência empírica e a elaboração teórica.

Essa postura investigativa possibilitou o reconhecimento da escola como território de disputas e o ensino de Sociologia como espaço privilegiado de resistência e emancipação. A sequência metodológica ancorou-se na pedagogia freireana e na pedagogia histórico-crítica, que conferem à investigação a dimensão ética e política da educação como práxis transformadora. Ambas constituem expressões pedagógicas do método marxista, defendendo a unidade entre ação e reflexão e a educação como prática de liberdade. O diálogo entre essas vertentes sustenta a compreensão de que ensinar, pesquisar e aprender são atos políticos voltados à emancipação humana.

O trabalho respeitou rigorosamente os princípios éticos da pesquisa educacional, assegurando a confidencialidade das informações, o anonimato dos sujeitos e o reconhecimento da autonomia pedagógica e da autoria docente nas aulas observadas. Esse cuidado estendeu-se à própria interpretação das práticas docentes, compreendendo-as como expressões singulares de trabalho e saber, e não como objetos de julgamento. O compromisso





ético envolveu ainda o respeito às normas e diretrizes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, bem como às orientações do edital vigente, que regulam a atuação dos bolsistas nas escolas parceiras.

REFERENCIAL TEÓRICO

O materialismo histórico-dialético, formulado por Karl Marx e Friedrich Engels (2008), parte do princípio de que são as condições materiais de existência que determinam a consciência, e não o contrário. Nessa perspectiva, o ser humano é compreendido como sujeito histórico que transforma a realidade por meio do trabalho. Aplicado à educação, esse entendimento desloca o foco da simples transmissão de saberes para a análise das relações sociais que a estruturam, evidenciando a escola como espaço onde se manifestam as contradições entre dominação e emancipação.

Louis Althusser (1980), ao retomar a teoria marxista no contexto do Estado moderno, identifica a escola como o principal Aparelho Ideológico de Estado. Diferentemente dos aparelhos repressivos, que atuam por meio da força, os aparelhos ideológicos funcionam através da naturalização do *status quo* e da ideologia da classe dominante, assegurando a reprodução das relações de produção. A escola cumpre papel central nesse processo de transmissão de valores, comportamentos e competências funcionais à lógica do capital, sob a aparência de neutralidade.

Partimos da definição do conceito de ideologia por Marilena Chauí (2016), que a descreve como uma forma de dissimulação da realidade social. Para a autora, a ideologia atua ocultando as contradições que estruturam o mundo material, convertendo os interesses particulares da classe dominante em valores universais. No campo educacional, a escola pública, ao ensinar normas, hábitos e comportamentos sociais, contribui para a internalização de uma visão de mundo que legitima a desigualdade como resultado de mérito individual e não de uma estrutura social excludente.

Esses fundamentos estabelecem o alicerce teórico para a compreensão da escola pública como território de disputa ideológica, em que o ato educativo se revela como prática social e política. É sobre essa base que se torna possível o diálogo com as pedagogias críticas, representadas aqui por Dermeval Saviani e Paulo Freire, que aprofundam a reflexão sobre a consciência, a ideologia e a práxis libertadora. Se Marx e Althusser desvelam as estruturas





materiais e simbólicas da dominação, são as pedagogias críticas que abrem caminhos para sua superação, concebendo a educação como prática ética, dialógica e transformadora.

Dermeval Saviani (2003; 2008), ao transpor o método marxista para o campo da educação, elabora a Pedagogia Histórico-Crítica, que articula o processo educativo às lutas de classe. Para o autor, a escola, enquanto instituição social, não é neutra: seu papel é mediar a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, de modo que os educandos possam compreender e transformar a realidade. Saviani propõe, assim, uma pedagogia crítica não como a responsável pela emancipação da classe trabalhadora, mas como instrumento de conscientização e intervenção na realidade, ao possibilitar que os sujeitos se apropriem do saber sistematizado e o utilizem para transformar as condições concretas de sua existência, ou seja, sua materialidade.

Por sua vez, Paulo Freire (1996) fundamenta a pedagogia da práxis em uma ética do diálogo e da liberdade. Em *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia*, o autor critica a educação bancária, que reduz o estudante a receptor passivo do conhecimento, e propõe a educação como prática libertadora. Ensinar, para Freire, é um ato político, pois implica reconhecer os sujeitos como construtores do saber e da história. Sua concepção de educação dialógica e problematizadora reforça a dimensão ontológica e ética da formação humana, destacando o papel do educador como mediador da consciência crítica e agente de transformação social.

A compreensão das contradições que atravessam a escola pública brasileira exige reconhecer que, nas últimas décadas, a educação vem sendo reconfigurada sob a lógica da racionalidade neoliberal.. Autores contemporâneos como Freitas e Figueira (2020), Neves (2011), Silva e Neto (2021), e Silva, Nagase e Costa (2022), destacam como essa racionalidade infiltra-se no cotidiano escolar por meio de discursos de eficiência, responsabilização e meritocracia, promovendo uma cultura institucional de desempenho que esvazia o sentido político da educação. A escola é convocada a funcionar como empresa, e o professor, como gestor de resultados, deslocando o foco da formação humana para a adaptação produtiva.

Esse cenário reforça a importância do ensino de Sociologia como campo de resistência. Cristiano Bodart (2022) propõe o conceito de letramento sociológico como eixo articulador da formação crítica, composto pelas dimensões do conhecimento epistemológico, da desnaturalização, da imaginação sociológica e da percepção figuracional. Essas dimensões





permitem que o estudante reconheça a historicidade dos fenômenos sociais e compreenda a si mesmo como sujeito inserido em processos coletivos e estruturais. O ensino de Sociologia, ao promover a leitura crítica da realidade, constitui uma forma de enfrentamento à racionalidade neoliberal, pois fomenta a consciência de totalidade e a capacidade de questionar as narrativas dominantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A compreensão da escola pública como espaço de disputa exige resgatar o modo como esta foi historicamente constituída e subordinada ao sistema capitalista. Ao longo do processo de formação do Estado moderno, a educação foi incorporada como instrumento político-ideológico de consolidação da ordem burguesa, destinada à formação do “trabalhador cidadão” necessário à manutenção do sistema de produção e das estruturas de poder. Partindo da compreensão da escola como Aparelho Ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1980) e do conceito de ideologia (CHAUÍ, 2016), a escola torna-se o espaço privilegiado de produção do senso comum, da ideologia da classe dominante formando “cidadãos produtivos” e “aptos ao mercado”, e legitimando as relações de poder.

O projeto de escola pública no Brasil — especialmente consolidado após a Constituição de 1988 e a LDB de 1996 — nasceu como parte de um projeto democrático de educação, comprometido com a universalização do acesso e com a formação integral do sujeito. Contudo, desde suas origens, esse projeto se constituiu dentro das contradições do Estado burguês, servindo simultaneamente à democratização e à reprodução social. Ao mesmo tempo em que ampliou o acesso, a escola pública manteve a lógica de preparação para o trabalho e de adaptação à divisão social das classes (SAVIANI, 2008).

O avanço do neoliberalismo sobre a educação pública brasileira redefiniu o papel do Estado e da própria escola na sociedade. A partir da década de 1990, sob influência dos organismos internacionais e do chamado “Consenso de Washington”, consolidou-se no Brasil uma agenda política voltada à racionalização do gasto público, à descentralização administrativa, e à inserção da lógica de mercado nos serviços sociais. Como aponta Silva e Neto (2020), esse processo significou a reconfiguração do Estado em função dos interesses do capital financeiro, que passou a dirigir também as políticas educacionais.

A análise de Santos, Nagase e Costa (2022) evidenciaram políticas educacionais neoliberais em vez de um direito social voltado à formação integral do ser humano, a educação é convertida em um capital simbólico e técnico que cada indivíduo deve acumular





para competir no mercado. Essa mudança de paradigma produz uma lógica empresarial nas escolas, atingindo também o campo simbólico, instaura uma pedagogia da conformidade e a intensificação do controle, sob a promessa de liberdade e autonomia do indivíduo (NEVES, 2010).

Como expressão direta, observou-se a Reforma do Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017) e do Novo Ensino Médio (Lei nº 14.818/2024). As reformas flexibilizam o currículo e reduzem a centralidade das Ciências Humanas, deslocando o foco da formação crítica para a qualificação técnica e a empregabilidade. As iniciativas convergem para o objetivo de restringir o espaço de reflexão crítica na escola e reforçar a adaptação do estudante às exigências do mercado.

Outro elemento que expressa a influência da racionalidade neoliberal é a marginalização das disciplinas de Ciências Humanas — especialmente Filosofia e Sociologia — diante da priorização das áreas técnicas e instrumentais. Essa hierarquização do conhecimento, reforçada pelas Reformas do Ensino Médio, traduz o deslocamento do ideal de formação crítica para uma formação orientada ao mercado. No entanto, nas aulas de Sociologia observadas, foi possível perceber a potência dessas disciplinas como objeto de resistência à essa tendência, estimulando debates interseccionais, a desnaturalização dos fenômenos sociais, e valorizando a leitura crítica da realidade.

A Sociologia, enquanto componente curricular, ocupa um lugar estratégico e, ao mesmo tempo, frágil na escola pública brasileira. Sua função formativa — voltada à leitura crítica da realidade — contrasta diretamente com a racionalidade neoliberal que permeia as políticas educacionais e o cotidiano escolar. Se o neoliberalismo busca reduzir a educação à lógica da utilidade, da performance e da adaptação ao mercado, o ensino de Sociologia promove a reflexão, a desnaturalização e a compreensão dos fenômenos sociais em sua totalidade. É nesse sentido que o letramento sociológico, conforme proposto por Bodart (2022), constitui não apenas uma metodologia de ensino, mas um gesto político de resistência.

Contudo, essa potência crítica da disciplina explica também os ataques que ela sofre. A Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) e do Novo Ensino Médio (Lei nº 14.818/2024) expressam o avanço de uma racionalidade que busca enfraquecer os espaços de pensamento crítico nas escolas. A redução da carga horária da Sociologia e de outras disciplinas das Ciências Humanas representa uma tentativa de dismantlar o papel emancipador da educação. Nos relatos produzidos durante o PIBID, foi possível perceber como essa desvalorização se materializa no cotidiano. Apesar do esforço e da criatividade docente, a Sociologia é frequentemente tratada como disciplina acessória, sujeita à supressão





em casos de ajustes de carga horária. Essa instabilidade curricular reforça o lugar periférico das Ciências Humanas e revela o projeto de educação funcional ao capital.

Ao desenvolver nos estudantes a habilidade de articular o particular ao estrutural, o letramento sociológico rompe com a ideia de indivíduo isolado e autossuficiente, e desenvolver a capacidade de reconhecer-se como sujeito histórico, rompe com a ideia de neutralidade. O letramento permite que os estudantes compreendam que suas trajetórias pessoais estão vinculadas a processos coletivos e a estruturas de poder e subverte o princípio meritocrático que responsabiliza o indivíduo pelo próprio sucesso ou fracasso, deslocando a compreensão da realidade para o campo das determinações históricas e sociais. Nesse sentido, o letramento sociológico é, simultaneamente, uma prática cognitiva e uma prática política: alfabetizar para a crítica e, portanto, para a liberdade (BODART, 2022).

Por fim, o fortalecimento da disciplina depende também da valorização institucional e da formação docente crítica, papel desempenhado pelo PIBID. Ao articular teoria e prática e permitir que futuros professores vivenciem o cotidiano escolar em suas contradições, o programa contribui para consolidar o ensino de Sociologia como um campo de resistência dentro do próprio sistema educacional. A partir da experiência do PIBID no IFPE, reafirma-se que a Sociologia, longe de ser um apêndice curricular, é uma necessidade democrática — um instrumento de leitura e transformação da realidade que desafia as bases do projeto neoliberal de educação.

Chama atenção também, o fenômeno da superlotação das turmas iniciais e a evasão nos anos finais do curso integrado. Embora não possa ser explicada de forma determinista, essa realidade reflete as desigualdades sociais e a pressão exercida sobre os estudantes por uma estrutura socioeducacional que cobra cada vez mais resultados, mas oferece poucas condições de permanência. O descompasso entre o discurso de inclusão e a realidade concreta revela, como afirma Freitas e Figueira (2020), a contradição central do projeto neoliberal: proclamar a igualdade de oportunidades enquanto reforça as barreiras estruturais à democratização.

O docente observado demonstrou esforço em articular o conteúdo à realidade dos estudantes, promovendo debates sobre temas como desigualdade, gênero e trabalho. Em vez de aderir a uma lógica de produtividade, o docente demonstrou preocupação com a escuta e com a criação de espaços participativos. Em algumas reuniões do PIBID, discutiu-se o uso de metodologias ativas, como a gamificação e o debate guiado, como alternativas para aumentar o engajamento discente.





Nos registros de campo, observou-se ainda a dificuldade de implementar metodologias participativas e ativas, como a gamificação e os projetos interdisciplinares. Essas propostas, embora defendidas nos discursos institucionais de inovação, esbarram em entraves estruturais e burocráticos: salas superlotadas e cronogramas rígidos. Tais obstáculos revelam uma contradição da escola pública e da aula de sociologia: o mesmo espaço que se propõe democrático e criativo é, ao mesmo tempo, regido por normas e lógicas de controle.

Em um cenário educacional fortemente marcado pela racionalidade neoliberal — que tende a transformar o professor em executor de metas e o ensino em serviço quantificável —, o PIBID se apresenta como espaço de resistência. Ele devolve à docência seu caráter crítico, criativo e coletivo, reafirmando o papel do professor como intelectual orgânico (no sentido gramsciano) e sujeito da transformação. As reuniões formativas, os debates coletivos e os relatórios reflexivos observados ao longo da experiência revelaram um movimento constante de retorno à teoria para interpretar a prática, e de retorno à prática para reelaborar a teoria.

O diálogo entre bolsistas, supervisor e coordenador criou um ambiente formativo em que o aprendizado se dava de modo cooperativo e dialógico. O exercício constante de observar, ouvir, registrar e refletir permitiu a apreensão de contradições vivenciadas nas escolas, como as pressões burocráticas e o conflito entre formação e produtividade. Essa postura investigativa reafirma o que Freire (2005) denomina de “curiosidade epistemológica”: o impulso de compreender o mundo para transformá-lo. Assim, o PIBID atua como um contra-dispositivo ideológico, um espaço de formação crítica que abre fissuras na lógica da mercantilização e resgata o sentido público da formação de professores.

Em síntese, o PIBID constitui um espaço de práxis, onde teoria e prática se unem no processo de formação crítica do educador. O contato direto com o ensino de Sociologia ampliou ainda mais esse horizonte. Ao observar o esforço do professor em promover o letramento sociológico e o pensamento crítico dos estudantes, foi possível observar a relevância da disciplina como instrumento de resistência e emancipação. Essa vivência oferece uma compreensão mais ampla da prática educativa como ato político. O PIBID, nesse sentido, contribui na formação de professores capazes de compreender e tensionar as estruturas de dominação que atravessam a escola e a sociedade.

CONCLUSÃO

A experiência desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em Sociologia no IFPE – Campus Recife reafirmou que a





escola pública é um espaço dialético, atravessado por tensões estruturais entre projetos antagônicos de educação. De um lado, o projeto democrático burguês, inaugurado na Constituição Federal de 1988 e nas políticas de universalização do acesso, propõe uma formação integral, pautada na igualdade e na cidadania; de outro, com o avanço do capitalismo, o projeto neoliberal redefine a educação sob a ótica da eficiência, da competição e da adaptação ao mercado, convertendo-a em mercadoria e o estudante em cliente e introduzindo uma lógica empresarial nas escolas.

As observações realizadas no campo empírico revelaram que essas contradições se manifestam nas práticas cotidianas, nas relações entre docentes e discentes e na construção do conhecimento. A racionalidade neoliberal penetra o espaço escolar através da cultura da produtividade, das avaliações meritocráticas e da burocratização do trabalho docente, comprometendo o tempo da reflexão e a dimensão coletiva da aprendizagem. Entretanto, as fissuras abertas por práticas críticas, dialógicas e colaborativas — como as observadas nas aulas de Sociologia — demonstram que existe resistência.

O ensino de Sociologia, ancorado no letramento sociológico proposto por Bodart (2022), mostrou-se um instrumento privilegiado de enfrentamento à ideologia neoliberal. Ao promover a desnaturalização das desigualdades, a leitura crítica da realidade e a percepção da historicidade das relações sociais, a disciplina recoloca a escola em seu papel de formadora de sujeitos conscientes e críticos. A prática sociológica em sala de aula resgata o caráter público e emancipador da educação, confrontando o individualismo e a despolitização que marcam o discurso hegemônico contemporâneo.

Nesse processo, o PIBID destacou-se como espaço de práxis formativa e resistência. As atividades de observação, reflexão e debate possibilitaram aos licenciandos compreender a docência não como técnica neutra, mas como ato político e histórico. O diálogo constante entre teoria e prática, mediado pela supervisão e pelas orientações coletivas, consolidou um percurso de formação docente crítica, pautada na ética, na autonomia e no compromisso social. O programa, portanto, reafirma sua relevância ao aproximar universidade e escola, contribuindo para a valorização do ensino de Sociologia e para a reconstrução do sentido democrático da formação docente.

Conclui-se que a disputa entre o projeto democrático e o projeto neoliberal de educação não se limita às políticas educacionais, mas atravessa o próprio cotidiano escolar e a relação entre o professor, o aluno e o aprendiz. O ensino de Sociologia, ao operar como prática de desnaturalização e compreensão crítica das relações sociais, representa uma possibilidade concreta de resistência à racionalidade neoliberal e de defesa do caráter público





da educação. O PIBID, por sua vez, reafirmou seu papel como espaço de práxis formativa e resistência, fortalecendo a articulação entre teoria, prática e compromisso social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

BODART, Cristiano . **O que aprender para ensinar Sociologia?** 1 ed. Maceió: Editora Café com Sociologia , 2022.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2016.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, S. C. de; FIGUEIRA, F. L. G. **Neoliberalismo, Educação e a Lei 9.394/1996**. Rio Grande do Norte: HOLOS, Ano 36, v.7, 2020.

NEVES, Lúcia. **A nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. Entrevista concedida a Eneida Oto Shiroma e Olinda Evangelista em 23 de junho de 2010 em Florianópolis, SC. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 29, n. 1, 229-242, jan./jun. 2011

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Renalvo Cavalcante; NETO, Artur Bispo dos Santos; **Neoliberalismo e educação brasileira: a dominância financeira no capitalismo contemporâneo**. Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 28, n. 01, p. 192-215, 2021.

SANTOS, Ana P. de S.; NAGASE, Raquel; COSTA, Maria L. F. **A relação entre o neoliberalismo e o paradigma da qualidade da educação**. Educação, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 1-11, jan-dez. 2022.

